



Câmara Municipal de Alto Santo

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO**

ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 69.727.931/0001 – 92

RUA: JOAQUIM ROGÉRIO CABÓ, 38 – TELEFAX: (88) 3429-1260

CEP: 62970-000

ALTO SANTO, CEARÁ

EMAIL: [cmunicipalaltosanto@hotmail.com](mailto:cmunicipalaltosanto@hotmail.com)

**21ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, PRESENCIALMENTE**

**PRESIDENTE: LEVI DAMASCENO BESSA**

**VICE-PRESIDENTE: LUIS FELIPE OLIVEIRA LIMA**

**SECRETÁRIO: CARLOS VINICIUS NAPOLEÃO NOBRE**

Ao sexto do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, quarta-feira, às nove horas e quinze minutos, reuniram-se ordinariamente os parlamentares no Plenário Vereador Vicente Avelino das Neves, da Câmara dos Vereadores de Alto Santo - CE. Abriu e presidiu a sessão o Vereador **Levi Damasceno Bessa**, **Presidente** da Câmara. Secretariou a Sessão a servidora Maria do Carmo Silva, Diretora do Legislativo. Registraram presença os Vereadores: **CARLOS VINÍCIUS NAPOLEÃO NOBRE, ANTÔNIO ANDRÉ DIÓGENES CABÓ, PLÁCIDO OTÁVIO GOMES NETO, FRANCISCO OTACÍLIO DIOGENES OLEGÁRIO, FRANCISCO BEZERRA BARRETO, EDISIO GIRÃO LIMA, LUAN MAGALHÃES DE OLIVEIRA, FRANCISCO RÉNNIO MONTEIRO DIOGENES, ANTÔNIO EMERSON ANDRADE ARAÚJO, LUÍS FELIPE OLIVEIRA LIMA, LEVI DAMASCENO BESSA**. O **Presidente**, verificando haver quórum, declarou aberta a sessão. Em seguida, consultou se todos os vereadores haviam lido a Ata Ordinária da Sessão realizada em 09 de julho de 2025, a Ata foi disponibilizada em meio digital, com a confirmação de que todos leram, foi colocada em votação. Foi aprovada por unanimidade. **NO EXPEDIENTE CONSTOU:** **1)** Projeto de Lei 012/2025 – Dispõe sobre a denominação de prédio público. **2)** Projeto de Lei Ordinária 013/2025 – Dispõe sobre denominação de calçadão público. **3)** Projeto de Lei Ordinária 014/2025 – Dispõe sobre denominação de Avenida. **4)** Projeto de Lei Legislativa 015/2025 – Dispõe sobre denominação de rua pública. **5)** Projeto de Lei Legislativa 016/2025 – Dispõe sobre denominação de rua pública. **6)** Projeto de Lei Legislativa 017/2025 – Dispõe sobre denominação de rua pública. **7)** Projeto de Lei Legislativa 018/2025 – Dispõe sobre denominação de rua pública. **8)** Projeto de Lei Legislativa 020/2025 – Dispõe sobre denominação de rua pública. **9)** Ofício 011/2025 –



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

Dispõe sobre menção honrosa a Sra. Maria Kelciane de Oliveira. **10) Mensagem de veto ao Projeto de Lei Ordinária 011/2025. O PEQUENO EXPEDIENTE:** Com a palavra o Vereador **Luan Magalhães de Oliveira**, cumprimentou os colegas vereadores, funcionários da Câmara, imprensa e público presente, dizendo estar feliz por retornar do recesso com uma pauta robusta. Destacou a importância dos projetos de lei de nomeação de ruas, explicando que, apesar de parecer algo simples, era um passo inicial para urbanizar os bairros, pois a Enel só fazia ampliações ou implementações quando as ruas estavam nomeadas. Informou que, após concluir as nomeações no Açude Novo, cerca de 50% do bairro estaria nomeado e que, em seguida, iniciaria um projeto de reorganização no Tibolo, que precisava de adequações e delimitações de ruas e calçadas. Ressaltou que o trabalho exigia croquis com engenheiro e levantamento com moradores para evitar invasão de terrenos e manter as ruas bem-posicionadas. Mencionou que naquele dia seriam nomeadas mais seis ruas em homenagem a pessoas que contribuíram com o município, o que considerava gratificante. Pediu apoio para a menção honrosa à Kelciane, que trabalhou cerca de nove anos como coordenadora do NASF, depois no EM-UT, desempenhando suas funções com dedicação. Antecipou que falaria mais sobre ela no grande expediente e solicitou aprovação dos colegas tanto da menção honrosa quanto das nomeações das ruas. O Vereador **Levi Damasceno**, agradeceu a homenagem ao seu tio Zé Maria, conhecido como Zé Maria Maluco, com quem tinha forte ligação afetiva. O Vereador **Luan Magalhães**, agradeceu a Chiquinho de Chiquenérias, que o ajudou durante o levantamento no bairro, fornecendo os nomes dos homenageados. Reconheceu que as homenagens eram justas, dedicadas a pessoas boas que contribuíram com a cidade. Com a palavra o Vereador **Levi Damasceno Bessa**, agradeceu ao colega pelas menções e falou sobre a servidora Kelciane, contando que se despediu dela apenas por mensagem, pois ela não estava em Alto Santo na época. Destacou que ela foi uma servidora exemplar, que deixou um legado de trabalho e dedicação à saúde mental, sendo peça fundamental para o CATEA e participando ativamente de diversos projetos, incluindo a implantação da lei Janeiro Branco. Ressaltou que sua ausência seria sentida pela população e reforçou seu apoio à menção honrosa em sua homenagem. Com a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, cumprimentou os presentes e comentou que os dois minutos destinados às falas eram insuficientes, sugerindo que outros momentos da sessão poderiam ser usados para mais comentários. Disse que subscreveu, como um dos autores, a menção honrosa à ex-servidora Kelciane e agradeceu ao vereador Luan por permitir compartilhar esse momento de homenagem. Afirmou que o texto da menção não conseguia expressar plenamente não só a capacidade técnica dela, mas também seu lado humano, destacando que era uma amiga de longa data. Recordou conversas em 2016, quando ela manifestou o desejo de trabalhar em Alto Santo, e que, em 2017, teve a oportunidade de apresentá-la e mostrar seu currículo à gestão da época. Ressaltou que, durante cerca de nove anos, ela serviu com excelência, sempre atendendo a população de forma igualitária, independentemente de credo, posição social ou filiação política. Relatou que Kelciane se despediu profissionalmente de Alto Santo para assumir novas funções em Fortaleza, mas manifestou esperança de que, no futuro, ela retorne trazendo novos projetos e ações na área social. Finalizou agradecendo por tudo que ela fez pela cidade e



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

dizendo ter certeza de que ainda contribuirá muito mais. Com a palavra o Vereador **Luís Felipe Oliveira Lima**, deu boas-vindas aos presentes na primeira sessão do segundo semestre, parabenizou Kelciane pelo trabalho realizado no município e agradeceu por sua atuação no projeto do CATEA, destacando que ela foi peça fundamental na elaboração e execução junto ao deputado Leonardo Pinheiro. Ressaltou sua competência profissional, seu caráter, a ausência de politicagem em sua postura e afirmou que Alto Santo estará sempre de portas abertas para recebê-la novamente. Desejou que Deus a abençoe onde estiver e agradeceu a grande contribuição ao município. Com a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, cumprimentou os presentes, justificou o atraso por estar em reunião na área da educação e parabenizou a gestão pública e os vereadores pela escolha de nomes para as ruas, destacando que essas homenagens perpetuam a história e incentivam as futuras gerações a conhecerem seus antepassados. Enalteceu a escolha do nome de Dr. Crésio, lembrando sua atuação política e social, sua simplicidade e contribuição para o município, ressaltando que a homenagem não se deve apenas a laços familiares, mas ao reconhecimento de seu valor como cidadão e agrônomo. Também parabenizou a menção honrosa a Kelciane, elogiando sua disponibilidade e atendimento às demandas mesmo quando ele estava na oposição, reconhecendo seu trabalho e mencionando que sua saída do município pode ter ocorrido por motivos pessoais. O Vereador **Luan Magalhães**, solicitou a inclusão, na ordem do dia, de votos de pesar pelo falecimento de Roni César, jovem trabalhador, responsável e aguerrido, filho de César do Batoque, ocorrido na segunda-feira, e de dona Maria Ferreira, da Vila Oriente, que faleceu em São Paulo durante tratamento de saúde. Destacou que ambos eram pessoas honradas e queridas, cuja ausência será sentida na comunidade. Com a palavra o Vereador **Antônio André Diogenes Cabó**, cumprimentou os presentes e registrou a participação do representante do sindicato, Elan. Iniciou manifestando voto de pesar pelo falecimento de dona Maria Ferreira, a quem descreveu como pessoa acolhedora, bem como de Jú, morador da família de Arisco, pessoa humilde e estimada, e de dona Candinha, do Castanhão, prometendo repassar os nomes completos à secretaria. Em seguida, comentou sobre o retorno das sessões e dos muitos assuntos a serem discutidos, incluindo requerimentos e o veto do Executivo a um projeto que previa aumento salarial de 20% para funcionários municipais de nível superior. Disse que a proposta havia sido votada com carinho pelos vereadores, mesmo achando o percentual pequeno, mas que o veto surpreendeu e gerou insatisfação, especialmente diante da saída de profissionais para outras cidades e dos salários baixos. Expressou preocupação com a valorização dos servidores, que considerou fundamentais para o funcionamento do município. Relatou que o projeto chegou sem participação do sindicato ou do Executivo na discussão e defendeu diálogo entre vereadores, sindicato e Prefeitura para buscar melhorias para os trabalhadores de Alto Santo. O senhor **Presidente**, consultou se havia mais falas, não havendo, chamou os inscritos a tribuna. Com a palavra o presidente do sindicato dos trabalhadores **Elanio Saraiva Cardoso**, cumprimentou os presentes e agradeceu a Deus pela oportunidade de se expressar na Câmara, destacando a importância da liberdade de expressão e do espaço como Casa do Povo. Relatou que julho e início de agosto foram meses movimentados para o serviço público municipal, citando o projeto de reajuste



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

salarial de 20% dividido em duas parcelas, o que representaria apenas 10% real até dezembro. Explicou que antes disso o sindicato havia publicado uma reivindicação de servidores e gravado um vídeo, que circulou em redes sociais, reforçando que a entidade é apolítica e mantém essa postura há cinco anos. Disse que após o vídeo houve convite da gestão para negociação, ocasião em que o sindicato propôs reajuste de 32%, mas não houve definição imediata. Ressaltou que decisões não são tomadas por ele sozinho, mas por uma diretoria e com consulta aos mais de 300 filiados, razão pela qual a proposta da gestão foi levada a uma assembleia. Afirmou que em momento algum o sindicato rejeitou a proposta de 20%, ainda que insuficiente, e que encaminhou contraproposta calculada com base em dados técnicos, sem descartar o aumento. Criticou o fato de, no dia seguinte à entrega da contraproposta, o projeto ter sido enviado à Câmara sem comunicação ao sindicato, e mencionou o veto total ao reajuste, recebido pela Câmara em julho, sem que a entidade fosse oficialmente informada. Dirigiu-se ao prefeito José Joeni Holanda para afirmar que o sindicato não é adversário da gestão, mas está aberto ao diálogo e cumpre seu papel de reivindicar direitos. Relatou que sua licença remunerada para atuar no sindicato foi revogada, fato que atribuiu à perseguição política, negando qualquer intenção eleitoral em Alto Santo e pedindo o fim dessa postura contra a entidade. Questionou a valorização dos servidores, citando ausência de reajustes desde 2021, concessão desigual de licenças-prêmio, falta de pagamento de insalubridade e periculosidade, e negação de auxílios. Defendeu que pagar em dia é obrigação e não valorização, que deve incluir reajuste acima da inflação e boas condições de trabalho. Encerrando, fez apelo para que cesse a perseguição ao sindicato e reafirmou que continuará defendendo os direitos dos servidores municipais enquanto tiver voz na Câmara. Não havendo mais inscritos o senhor **Presidente** declarou **encerrado o Pequeno Expediente. NO GRANDE EXPEDIENTE:** Com a palavra o Vereador **Antônio André Diogenes Cabó**, cumprimentou os presentes, disse estar feliz pelo retorno dos trabalhos após o recesso e relatou visitas a diversas localidades, como Jardim I, Jardim II, Beira Rio, Caraúbas, Caroba e Vila Pesqueira. Agradeceu pelas obras em andamento, como estradas e quadras, mas apontou problemas, especialmente no saneamento da Vila Pesqueira, onde há fossas abertas, e pediu que o secretário responsável visite a comunidade para avaliar melhorias. Agradeceu a quadra de Caraúbas, mas relatou reclamações sobre o colégio local, usado também para atendimentos do PSF, e solicitou uma reforma urgente para beneficiar tanto a educação quanto a saúde. Manifestou preocupação com a perda de servidores qualificados por causa de salários baixos e pediu mais apoio à educação e à saúde. Comentou que o aumento proposto aos servidores era pouco, mas ajudaria, e lamentou que o sindicato não tenha sido comunicado da votação, resultando em veto do projeto. Defendeu diálogo entre gestão, vereadores e sindicato para chegar a um acordo que satisfaça todos. Citou a saída de uma dentista no Castanhão por insatisfação salarial e temeu que outros profissionais migrem para municípios vizinhos. Criticou a implantação do ponto digital apenas para parte dos servidores, defendendo que seja aplicado a todos ou a nenhum, para evitar injustiças e conflitos, e sugeriu revisar a medida com o Ministério Público. Reforçou pedidos para melhorias na Vila Pesqueira, Caraúbas e no saneamento do Jardim II, afirmando seu compromisso em trabalhar pelo desenvolvimento do município e pela valorização dos



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

servidores. Com a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, destacou as conquistas recentes para a região e o município, ressaltando que a área está em ascensão, com diversas obras e melhorias, como a estrada prometida pelo deputado Danilo Forte, que agora está com boa qualidade, e a Areninha Beira Rio, bastante utilizada pela população. Mencionou o atendimento mais frequente do PSF nas comunidades e pediu atenção para a reforma da praça do Castanhão, que enfrenta problemas antigos com gado solto, dificultando a manutenção. Explicou que existe uma lei aprovada em 2017 que permite a gestão agir, mas há resistência de produtores, e pediu conscientização da população. Comentou sobre o veto relacionado aos servidores, afirmando que haverá mesa de negociação para melhorias salariais, reconhecendo que outras cidades pagam valores semelhantes e que o sindicato tem obtido avanços. Parabenizou a gestão pelas obras no esporte, como reformas e construção de quadras, destacando que a do Castanhão passará por ajustes estruturais. Abordou também a implantação do ponto eletrônico, esclarecendo que no Castanhão está sendo cumprido integralmente, mas que há negociações em casos específicos, como professores da EJA e agentes de saúde, para adequar horários e carga horária exigida. Explicou que o município segue a determinação de cumprir horas de relógio e não apenas horas-aula, o que impactou alguns profissionais. Toma a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, agradeceu ao vereador pela palavra e afirmou categoricamente que não é a favor do ponto eletrônico, mas reconheceu que é necessário compreender algumas situações. Ele comentou que a gestão municipal provavelmente cometeu uma falha de comunicação ao implementar o ponto, dando a entender que foi algo inflexível e sem possibilidade de acordos ou sugestões. Explicou que o Ministério Público apenas sugere a implantação do ponto eletrônico para garantir a fiscalização do trabalho dos servidores, pois há denúncias de que muitos não prestam serviço adequadamente. Destacou que Alto Santo foi um dos poucos municípios que ainda não tinha adotado essa medida e que, apesar dos transtornos iniciais, o sistema está em fase de adaptação, pois só está há 30 dias em vigor. Também ressaltou que as questões legais trabalhistas devem ser observadas para que o ponto não as infrinja. Por fim, apontou uma contradição em críticas feitas ao ponto por pessoas que antes reclamavam da falta de controle sobre a presença e o expediente dos servidores. Retoma a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, explicou que o ponto eletrônico é flexível na sua instalação, permitindo que funcionários cumpram sua carga horária em turnos diferentes, como trabalhar pela manhã em um dia e à tarde no seguinte, desde que isso seja devidamente registrado no ponto. com aparte o Vereador **Antônio André Diogenes Cabó**, explicou que a situação do ponto eletrônico gerava reclamações, principalmente porque alguns líderes protegiam certas pessoas que não batiam o ponto corretamente, enquanto outros cumpriam rigorosamente o horário. Ele ressaltou que isso causava insatisfação entre os funcionários e que o ponto deveria ser aplicado igualmente para todos, para evitar injustiças e facilitar a gestão, o trabalho dos vereadores e a administração municipal. Pediu que o Ministério Público fosse consultado para ver se o sistema poderia ser melhorado ou mesmo extinto, caso não estivesse funcionando para o benefício geral dos servidores. Retoma a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, explicou que os cargos comissionados são uma atribuição discricionária da gestão e



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

que, por orientação do Ministério Público, esses servidores não precisam bater ponto, o que está dentro da legalidade. Ele ressaltou que os cargos comissionados são diferentes dos servidores efetivos, selecionados e temporários. Reforçou o compromisso dos vereadores em continuar lutando junto com o sindicato e a prefeitura por melhores salários para os servidores, demonstrando confiança na mesa de negociação que está sendo formada, e desejou um bom retorno aos trabalhos na casa. Com a palavra o Vereador **Luís Felipe Oliveira Lima**, cumprimentou a todos e falou sobre o aumento do salário dos servidores, afirmou que fala por si mesmo e não por outros vereadores, mas deixou claro que apoia qualquer benefício para os servidores de Alto Santo e não tem intenção de barrar ou prejudicar nenhum deles. Ele ressaltou que o aumento de 20% aprovado na última sessão já seria uma melhora, embora reconheça que nunca será suficiente para os servidores que merecem total apoio e respeito. Felipe manifestou esperança de que ainda este ano haja diálogo imediato para reverter a situação e sugeriu que no próximo ano possa haver uma nova reunião com a gestão para buscar um aumento maior, chegando a 32%. Finalizou afirmando que o servidor merece apoio para trabalhar com mais garra e contribuir para o desenvolvimento do município. Toma a palavra o Vereador **Antônio André Diogenes Cabó**, começou parabenizando a fala anterior e reforçou que todos os vereadores haviam votado a favor do projeto de melhoria para os funcionários, mesmo sem a presença de representantes do executivo ou do sindicato na votação. Ele expressou a esperança de que fosse realizada uma nova rodada de conversas para buscar melhorias aos funcionários, ressaltando a importância dessa pauta. André acredita que o poder executivo logo ouvirá os vereadores e que o legislativo, junto com o presidente e colegas vereadores, poderá formar uma comissão para fortalecer essa negociação. Por fim, ele destacou que isso traria benefícios tanto para os servidores quanto para a gestão, agradecendo ao presidente e ao vereador Felipe pelo espaço para falar. Retoma a palavra o Vereador **Luís Felipe Oliveira Lima**, agradeceu a fala do vereador André e afirmou que desconhece qualquer comunicação da gestão sobre o veto mencionado, destacando que ele e os demais vereadores foram surpreendidos com a situação. Ele ressaltou seu compromisso com a democracia e o respeito às opiniões diferentes, e pediu que seu posicionamento também fosse respeitado. Felipe manifestou esperança de que seja formada uma comissão em breve para reverter o veto e abrir um diálogo visando melhorias para os servidores, que merecem respeito. Sobre o ponto eletrônico, ele comentou que muitos funcionários têm procurado por esclarecimentos, e reconheceu as dificuldades, especialmente para agentes de saúde que precisam bater ponto em locais distantes, mas reforçou a importância do sistema para o município. Finalizou parabenizando o prefeito pelas obras realizadas, mencionando que o gestor age rápido quando há demandas, como no caso das estradas, e desejou bênçãos para todos. Com a palavra o Vereador **Antônio Emerson Andrade Araújo**, saudou a todos e falou sobre o reajuste salarial dos servidores públicos, afirmando que é favorável ao aumento, desde que feito com responsabilidade para não prejudicar a gestão, especialmente em relação aos valores a serem pagos. Ele destacou a importância do diálogo e da calma para resolver a questão, e desejou que o processo de votação do veto seja democrático, visando o melhor para a população, servidores e gestão. Sobre o ponto eletrônico, ressaltou que é preciso tempo para



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

estabilizar o sistema e que deve haver igualdade no cumprimento da regra para todos. Citou o problema de servidores que precisam se deslocar longas distâncias, como 15 km, para bater o ponto, o que pode ser complicado para cumprir suas funções depois. Por fim, ponderou que se alguém não trabalhou, a gestão deve descontar, e pediu cautela e negociações bem-feitas para resolver a situação. Com a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, cumprimentou a todos, agradeceu a Deus pelo retorno saudável do recesso legislativo e comentou que a ordem do dia estava robusta, com muitas votações pendentes. Ele destacou a importância da justiça, lembrando que ser justo é mais difícil que ser bom, e ressaltou que a Câmara nunca se escondeu diante do tema do reajuste salarial dos servidores municipais. Ele comentou que, apesar de haver críticas e comentários maliciosos de alguns servidores afirmando que a Câmara nada faz pelos servidores, ele assegurou que nenhum vereador criou obstáculos para melhorias salariais ou de trabalho. Rénnio mencionou sua longa experiência como vereador e servidor efetivo, dizendo que, apesar das denúncias recebidas pelo Ministério Público sobre falta de prestação de serviço, foi comprovado que os vereadores trabalham efetivamente. Explicou que não foi procurado para intermediar diálogo ou negociação sobre a questão salarial e que só teve conhecimento da representação do sindicato na Câmara no dia 18, quando foi lida no expediente, sem que tivessem lhe entregue cópia ou comunicado diretamente. O sindicato solicitava a instauração de procedimento legislativo para sustação de um decreto e convocação de audiência pública sobre a política de saúde dos servidores. Rénnio solicitou parecer jurídico para analisar a legalidade do pedido e recebeu a conclusão de que não compete à Câmara exercer controle sobre atos do executivo, indicando que o sindicato deveria adotar as medidas cabíveis. Também lembrou que em 9 de julho a Câmara aprovou por unanimidade o projeto de reajuste salarial, inclusive com votos da oposição, mas que mesmo assim recebeu críticas por considerarem o aumento insignificante. Rénnio disse que esse reajuste não impediria que novos projetos fossem enviados posteriormente para novos aumentos. Ele afirmou que nunca viu projeto de reajuste ser rejeitado na Câmara, ressaltou que houve pressão para a aprovação do reajuste, e que mesmo assim parecia que nada tivesse sido feito. Destacou a importância de divulgar a mensagem de veto do prefeito, que explicava que o veto foi para abrir mesa de negociação com o sindicato, mostrando que o processo não está parado. Reconheceu a legitimidade dos pleitos sindicais e destacou que os sindicatos foram responsáveis por importantes conquistas sociais no Brasil. Porém, frisou que o poder público deve agir com responsabilidade, analisando o impacto financeiro para evitar situações em que servidores trabalhem meses sem receber. Ele concluiu dizendo que valorizar os servidores é necessário, que houve conquistas nos últimos anos no município, mas que sem responsabilidade pode haver demissões em massa que comprometeriam a administração pública. Por fim, expressou esperança de que a mesa de negociação seja montada com ânimos calmos e responsabilidade, para garantir a valorização dos servidores de forma equilibrada. Com a palavra o Vereador **Luan Magalhães de Oliveira**, começou cumprimentando e expressando satisfação em falar na tribuna, afirmando que poderia endossar as palavras do vereador Rénnio, que representaram o sentimento da casa, especialmente sobre benefícios para os servidores. Destacou que muitas vezes os



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

vereadores só são lembrados para resolver problemas, não quando as coisas vão bem. Ressaltou que, como legislador e cidadão, busca sempre melhorar as condições dos servidores, mas com cautela para preservar as relações claras e respeitadas entre os poderes legislativo, executivo e sindicato, evitando divergências que prejudiquem a todos. Reconheceu as reivindicações do sindicato, mas também entendeu o veto do executivo, visto como um esforço para escalonar melhorias de forma sustentável para o município. Comentou que, após a votação do projeto de aumento, houve insatisfação entre servidores, o que prejudica a boa relação entre as instituições. Ele mencionou que essa situação gerou um clima pesado, inclusive sofrendo cobranças e críticas pessoais. Pediu que os ânimos se acalmassem e confiou na abertura da mesa de negociação oficial prevista no veto, afirmando que uma comunicação clara e transparente poderá levar a uma valorização mais justa dos servidores. Toma a palavra o Vereador **Levi Damasceno Bessa**, comentou sobre as críticas mencionadas pelo colega, relatando que, assim como o vereador Rénnio, também foi abordado e questionado sobre o voto a favor de um aumento de apenas R\$ 500 para os servidores. Disse que, ao unir seu discurso ao de Reno e ao do presidente do sindicato, percebeu que a insatisfação não era unânime, pois parte dos servidores considerou o valor um absurdo, enquanto outra parte ficou satisfeita. Destacou que, independentemente da posição adotada em votações como a do veto, sempre haverá servidores que apoiarão e outros que criticarão, reforçando esse ponto no debate. Retoma a palavra o Vereador **Luan Magalhães de Oliveira**, afirmou que a polêmica em torno do aumento salarial de R\$ 500 poderia ter sido amenizada com uma comunicação mais clara e sincera aos servidores, destacando que, embora o valor não seja o ideal, representa uma vitória e abre espaço para novas conquistas. Relatou que não percebeu entre os que o procuraram a visão de que se tratava de um avanço a ser seguido por novas lutas. Dissé que o prefeito Joeni tem a intenção de alcançar o valor buscado pelo sindicato e pelos servidores, mas, por gerir uma cidade pequena e precisar priorizar gastos, age com prudência para não ultrapassar o limite da folha de pagamento e evitar demissões. Defendeu união, diálogo e transparência para evitar situações como a que resultou no veto. Na sequência, comentou obras e melhorias na zona rural, como estradas e calçamento, elogiando o empenho da gestão e o uso adequado do maquinário. Mencionou a futura pavimentação do trecho entre o Batoque e o Jardim e a construção de uma praça com academia ao ar livre no Batoque. Prestou homenagem à prima Kelciane, destacando seu legado no município desde 2016, sua atuação no Selo Unicef, no Conselho Municipal de Saúde, na reativação de obras inacabadas, na criação e coordenação de projetos, incluindo o CATEA, e seu trabalho humanitário. Enalteceu seu empenho, profissionalismo e carinho com a população, deixando as portas abertas para seu retorno. Encerrando, agradeceu a aprovação de projetos de denominação de ruas, reforçando a importância disso para a urbanização e defendendo uma futura organização do bairro Tibolo para evitar problemas burocráticos e promover seu desenvolvimento. Com a palavra o Vereador **Francisco Otacílio Diogenes Olegário**, iniciou destacando a boa notícia da liberação da água do Figueiredo, considerada muito importante para o município e especialmente para a comunidade ribeirinha, já que as chuvas do ano foram fracas. Em seguida, abordou a questão do veto, classificando-a como complicada para os vereadores. Comentou que,



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

embora o presidente do sindicato tenha dito que em momento algum colocou servidores contra vereadores, mensagens no grupo do sindicato indicavam que os parlamentares poderiam barrar o veto, o que poderia ser entendido como uma pressão indireta. Ressaltou que, como já mencionado por Levi, havia servidores satisfeitos com o aumento, mas também havia os que jamais ficariam satisfeitos, independentemente do valor concedido. Citou o exemplo de servidores vindos de outras cidades, como Jaguaribara, que enfrentam gastos com aluguel e deslocamento e, por isso, mantêm insatisfação mesmo com reajustes. Toma a palavra o Vereador **Levi Damasceno Bessa**, esclareceu que, ao mencionar servidores satisfeitos, não se referia ao valor do aumento, mas sim à aprovação do projeto naquele momento. Destacou que, por merecimento, o reajuste poderia ser três, quatro ou cinco vezes maior, porém alguns consideraram melhor aprovar a proposta como estava, enquanto outros discordaram. Retoma a palavra o Vereador **Francisco Otacilio Diogenes Olegário**, afirmou que, como o Vereador André Cabó, mencionou, a votação ocorreu na última sessão possível para aprovar o aumento, pois alguns consideravam o valor adequado no momento e depois buscariam reajustes maiores. Citou que inicialmente estava sendo aprovado 20% e, após um ou dois meses, conforme dito por Rénnio e pelo presidente do sindicato, buscou-se mais 12%, totalizando 32%. Disse que, se havia divergência entre sindicato, presidência e legislativo, isso era outra questão, mas defendeu que os vereadores não fossem prejudicados por brigas ou confusões. Reforçou que todos estavam a favor do aumento, seja de 20%, 32%, 40% ou mais, e que as negociações estavam abertas para tentar chegar aos 32%. Acreditava que, ao final da votação, os vereadores seriam novamente criticados, o que já se tornara rotina, mesmo quando o impasse era entre sindicato e prefeitura. Ressaltou que havia servidores que nunca ficariam plenamente satisfeitos, pois Alto Santo tinha alto custo de vida, com aluguel, energia, água e deslocamento, mas também havia aqueles que, no momento, estavam contentes com a aprovação do reajuste. Toma a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, agradeceu a fala de Otacilio e disse que pretendia apenas complementar o que ele havia colocado. Explicou que, em 9 de julho, a intenção dos vereadores foi garantir pelo menos o que havia sido ofertado, mesmo que não fosse o ideal ou o desejado, pois já representava uma segurança naquele momento, com 10% inicialmente e mais 10% depois. Relatou que alguns vereadores, incluindo ele, receberam ligações questionando como poderiam aprovar aquele valor, o que gerou críticas. Afirmou que o que trazia tranquilidade diante do veto era o fato de a mensagem já indicar a abertura de uma mesa de negociação. Disse acreditar que, pelo perfil do presidente da Câmara, quando um novo projeto chegasse, não haveria demora para colocá-lo em votação e que os vereadores o aprovariam. Retoma a palavra o Vereador **Francisco Otacilio Diogenes Olegário**, disse que, no grupo de mensagens, comentaram que alguns vereadores não seriam contra o projeto por terem familiares funcionários, e confirmou que tinha parentes que seriam beneficiados pelo aumento. Contou que esses próprios funcionários disseram que, para o momento, o valor estava bom e que depois continuariam buscando novos reajustes. Ressaltou que era importante ver os dois lados e afirmou que, ao percorrer diferentes localidades do município, percebia a satisfação da população e os trabalhos realizados, como a reforma da quadra no Castanhão e melhorias na Baixa da



## Câmara Municipal de Alto Santo

---

Amburana e no Baxi Grande. Relatou que visitantes elogiavam a cidade e rebateu críticas de que os vereadores apenas seguiam o prefeito, dizendo que o apoio se dava porque o município estava se desenvolvendo. Acreditou que a mesa de negociação traria um bom resultado e reforçou que os vereadores sempre estariam prontos para apoiar os servidores. O vereador **Levi Damaceno**, afirmou que votaria no projeto confiando na abertura da mesa de negociação e pediu que fosse incluída, se possível, uma comissão do Legislativo nesse processo. Disse que estava disposto a participar, mas, caso não pudesse, tinha certeza de que qualquer colega estaria interessado em contribuir. Destacou que, quando chegasse um novo projeto com percentual maior, fosse 32%, 31% ou 30%, ele e os demais vereadores estariam prontos para votar rapidamente, até mesmo no mesmo dia, para dar celeridade. Reforçou o pedido pela mesa de negociação e pela participação de uma comissão de vereadores, afirmando que todos tinham capacidade para colaborar. Com a palavra o presidente do sindicato dos trabalhadores **Elanio Saraiva Cardoso**, agradeceu o direito de resposta e disse ter ouvido atentamente os pronunciamentos de alguns vereadores, respondendo de forma respeitosa. Afirmou que sua amizade com Rénnio era recíproca e que o sindicato ainda não havia recebido o parecer jurídico mencionado, ressaltando que não estava ali apenas para criticar, mas também para reconhecer avanços. Citou como exemplo o parecer de 2021, reformulado em 4 de julho, e parabenizou a gestão por atender reivindicações do sindicato e da Câmara. Sobre Otacílio, disse ter consideração e respeito, reconhecendo seu posicionamento firme e sincero. Admitiu que a mensagem enviada ao grupo dos servidores foi intencional, com o objetivo de incentivar pressão popular para que os vereadores vetassem o projeto, prática que considerou comum no movimento sindical. Negou ter agido com má-fé ou feito comentários maldosos, afirmando que apenas expôs o que estava previsto. O Vereador **Rénnio Diógenes**, explicou que recebeu informações de que a categoria estava insatisfeita e indignada com o reajuste concedido e quis confirmar se isso procedia e correspondia à posição do sindicato ou apenas de alguns membros isolados. Disse que, diante dessa insatisfação, a gestão decidiu vetar integralmente a proposta e abrir uma mesa de negociação para discutir até onde seria possível avançar. **Elanio**, explicou que, durante a assembleia, alguns servidores demonstraram insatisfação, mas em nenhum momento houve indignação, que são coisas diferentes. Comentou que é difícil imaginar um servidor que não tenha intimidade com algum vereador ligar usando termos tão fortes. Esclareceu que o sindicato mostrou à gestão que havia viabilidade financeira para conceder um reajuste, corrigindo que o pedido era de 52%, e não 32% como mencionado anteriormente, com impacto financeiro estimado em cerca de R\$ 70.000. Destacou que, apesar da insatisfação, não houve indignação, e que o sindicato encaminhou a proposta dos 52% à gestão no dia anterior ao envio do projeto. Por fim, expressou ter receio em relação à mesa de negociação, embora ainda não tenha explicado o motivo. O Vereador **Rénnio Diógenes**, questionou qual era a posição oficial do sindicato em relação ao reajuste. **Elanio** respondeu que o sindicato teve insatisfação no dia 9 de julho porque acreditava ser possível um reajuste maior, posição tomada coletivamente pelos servidores, não pessoalmente. Ele afirmou que não houve indignação a ponto de motivar o veto dos 20%, e que a mensagem do veto deixou claro que a inviabilidade não



## Câmara Municipal de Alto Santo

foi por conta do sindicato. Sobre a mesa de negociação, reforçou a importância da participação de uma comissão legislativa, mas expressou ceticismo quanto à sua realização. Justificou que o presidente do sindicato dificilmente participará porque está dando aula e teve revogada a licença para atuar como cedido no município, situação rara na região, o que dificulta a dedicação do sindicato às demandas municipais. O Vereador **Rénio Diógenes**, respondeu a Elanio reconhecendo as prerrogativas do presidente do sindicato, mas destacou que, assim como na Câmara, o presidente pode ser substituído pelo vice em sua ausência. Ele comentou que ajudou a constituir o estatuto do sindicato, que permite delegação, e que embora não saiba se houve alterações, isso é possível. Ressaltou que o fato de o sindicato não ter ficado satisfeito com o reajuste confirma que a gestão não estava errada ao pedir o veto e abrir a mesa de negociação. Finalizou sugerindo que Elanio procure alguém para ajudar no processo. **Elanio** concordou que seria mais interessante vetar um projeto desse porte devido à insatisfação e, ao mesmo tempo, abrir uma mesa de negociação. No entanto, ele questionou se Rénio garantia que a intenção do veto ao projeto realmente era abrir essa mesa de negociação. O Vereador **Rénio Diógenes**, afirmou que se pressupõe a verdade. **Elanio** explicou que o veto da gestão municipal chegou à Câmara em 21 de julho, e que ele assinou a revogação da sua licença para atuar como presidente licenciado do sindicato em 5 de agosto. Ele destacou que a gestão havia concedido e prorrogado essa licença anteriormente, e questionou o motivo da revogação agora, especialmente porque ele foi o único representante legal dos servidores da ativa que teve esse direito retirado. Ele apontou um conflito entre a lei orgânica municipal, que autoriza liberação remunerada, e o estatuto do servidor, que não contempla isso, gerando essa situação problemática. Para Elanio, não há como haver uma mesa de negociação com o sindicato sem que o presidente esteja liberado para atuar, e ele acredita que a revogação foi motivada por questões políticas ou birra, já que o sindicato se posicionou favoravelmente ao aumento. Finalizou afirmando que o sindicato não desrespeitou nem afrontou ninguém, mas foi arbitrariamente prejudicado. Não havendo mais falas o senhor **Presidente**, declarou **encerrado o Grande Expediente. ORDEM DO DIA:** O senhor **Presidente** colocou em Votação nominal: **1)** Projeto de Lei Ordinária 014/2025 – Dispõe sobre denominação de Avenida. Aprovado por unanimidade. **2)** Projeto de Lei Ordinária 013/2025 – Dispõe sobre denominação de calçadão público. Aprovado por unanimidade. **3)** Projeto de Lei 012/2025 – Dispõe sobre a denominação de prédio público. **4)** Mensagem de veto ao Projeto de Lei Ordinária 011/2025. A favor: Vinicius, Otacílio, Placido, Ivanilson, Edisio, Luan, Rénio, Emerson, Felipe, Levi. Contra: André. O Senhor **Presidente** colocou em votação de bloco e de maneira simbólica: **5)** Voto de pesar aos familiares de Junior do Arisco. **6)** Voto de pesar aos familiares de Candinha do Castanhão. **7)** Avaliação para a reforma dos esgotos da Vila Pesqueira. **8)** Avaliação para a reforma do posto de saúde das Caraúbas. **6)** Voto de pesar aos familiares de Roni Cesar. **9)** Voto de pesar aos familiares de Dona Maria Ferreira. Aprovados por unanimidade. O senhor **Presidente** colocou em menção honrosa a moção. Aprovado por unanimidade. O senhor **Presidente** colocou em segunda votação em bloco e de maneira simbólica os itens: **1; 2 e 4.** Aprovado por unanimidade. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Com a palavra o Vereador **Francisco Rénio Monteiro Diogenes**, agradeceu e falou sobre uma situação na região do

